**PERFIL DOCENTE E QUALIDADE DO ENSINO JURÍDICO EM MONTES CLAROS: UMA INVESTIGAÇÃO**

Victor Veloso Rabelo

Mestrando em Educação/Unimontes

velosovr@gmail.com

Leandro Luciano Silva Ravnjak

Professor do Mestrado em Educação/Unimontes

leandrolucianodsilva@gmail.com

**Eixo:** Políticas Públicas e Gestão da Educação

**Palavras-chave**: Docência. Ensino Jurídico. Formação de professores.

**Resumo Simples**

O ensino jurídico em Montes Claros, assim como em todo o Brasil, enfrenta sérios desafios. Apesar de ser um dos cursos mais antigos do país, com o primeiro datando de 11 de agosto de 1827 através da edição do decreto que criou os cursos de direito em São Paulo (SP) e em Olinda (PE), o alto número de faculdades de Direito não se reflete na qualidade da formação. Há 1919 cursos em atividade, conforme dados do Ministério da Educação (MEC) e índice de aprovação nos últimos cinco Exames Unificados de Ordem (34º a 38º EOU), variam entre 19,37% e 26,52%. Diante desse cenário, torna-se crucial investigar o perfil dos docentes dos cursos jurídicos na região, buscando compreender como suas características influenciam na qualidade do ensino. O objetivo do presente estudo é analisar o perfil dos docentes dos cursos de Direito de Montes Claros, MG, e a repercussão desse perfil docente na formação de bacharéis em Direito. Para atender ao objetivo proposto optou-se pela pesquisa exploratória com emprego da pesquisa bibliográfica e documental, neste último, com emprego da triangulação de dados, obtidos junto aos cursos ofertados em Instituições de Ensino Superior (IES) de Montes Claros, ao Ministério da Educação, junto ao Conselho Nacional de Justiça, e junto à Ordem dos Advogados do Brasil. O recorte apresenta sua relevância ao considerar o alto número de profissionais que entram no mercado todos os anos, sendo que mais de 800 vagas em Direito são oferecidas anual e presencialmente em IES na cidade. Espera-se com o presente estudo contribuir para formação de docentes em Direito e consequentemente graduando e egressos do ensino jurídico na região.